

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 4.234, DE 2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP veicularem alertas periódicos sobre crimes contra a pessoa idosa.

Autor: Deputado ROMERO RODRIGUES

Relator: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

I - RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 4.234, de 2023, do Deputado Romero Rodrigues, que visa fortalecer a proteção da pessoa idosa no Brasil, especialmente no que se refere à prevenção de crimes virtuais.

O projeto propõe a obrigatoriedade das prestadoras de Serviço Móvel Pessoal (SMP) veicularem alertas periódicos, pelo menos uma vez a cada cinco dias, diretamente para os dispositivos móveis dos idosos, para informar e conscientizar essa parcela da população sobre os crimes mais comuns praticados contra eles.

Para que a mensagem possa ser lida e corretamente interpretada pelo seu destinatário, a proposta impõe que as mensagens deverão ser escritas em linguagem clara e acessível, segmentadas por estado da federação.

O projeto foi inicialmente distribuído a esta Comissão de Comunicação, para análise de mérito. Em seguida, será apreciado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para análise de mérito; e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para avaliação do atendimento aos pressupostos de juridicidade e constitucionalidade.



A proposta legislativa tramita em regime ordinário, com apreciação conclusiva pelas comissões. Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O crescente aumento de pessoas idosas conectadas é um avanço importante, pois permite a inclusão digital, acesso à informação e maior facilidade de comunicação. No entanto, também traz riscos à essa população, que já está se tornando alvo frequente de golpes cibernéticos. Em 2024, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos já registrou mais de 21 mil denúncias de crimes patrimoniais contra idosos, a maioria das vítimas sendo mulheres¹. Entre os golpes mais comuns estão os pedidos de empréstimos consignados fraudulentos, a falsa identidade de familiares e até sequestros simulados.

O projeto de lei apresentado surge em resposta a esse problema. Entendendo que as pessoas mais vulneráveis são os alvos preferidos do golpista², a proposta visa prevenir, por meio do acesso à informação, a multiplicação de crimes virtuais contra pessoas idosas.

Para tanto, o projeto obriga as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP) a veicular alertas periódicos às pessoas idosas sobre os crimes mais comuns cometidos contra elas. As mensagens enviadas devem ter periodicidade mínima de 1 alerta a cada 5 dias e devem descrever, de forma clara e acessível, os principais crimes cometidos, seus riscos e forma de prevenção. As mensagens devem, ainda, ser segmentadas por estado da federação. Para a operacionalização da proposta, o projeto indica que as secretarias de segurança pública estaduais fornecerão às operadoras de SMP

¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-06/golpes-pela-internet-aumentam-contrapopulacao-idosa> , acessado em 4/9/2024.

² <https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/engenharia-social-como-aspectos-psicologicos-podem-se-relacionar-com-golpes-e-fraudes-1> , acessado em 4/9/2024.



as informações necessárias para a elaboração da mensagem até o dia 20 de cada mês.

Entendemos que a ideia do projeto é meritória. Entretanto, há questões que podem dificultar e/ou inviabilizar a efetividade da medida proposta. Neste sentido, sugerimos algumas alterações ao projeto.

Em relação à periodicidade mínima para o envio de alertas, consideramos que 1 alerta a cada 5 dias é excessivo. Pesquisas³ mostram que a frequência excessiva no envio de mensagens pode fazer com que os usuários as considerem intrusivas, irritantes e inapropriadas. Por isso, sugerimos reduzir a periodicidade para 1 alerta a cada 60 dias. Ainda em relação aos alertas, é importante que seja dada aos usuários a opção de cancelamento desses envios (*opt-out*).

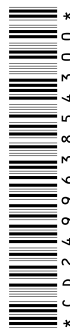
Sobre a forma da mensagem, consideramos que a proposta é conveniente. A população de cada estado da federação pode estar sujeita a crimes diferentes, e esta particularidade é considerada no projeto. Além disso, a linguagem clara e acessível é imprescindível para que a mensagem seja absorvida pela população.

O papel das secretarias de segurança pública estaduais no projeto é oportuno. Elas concentram as estatísticas de crimes e violência contra à população e, por isso, são os órgãos mais apropriados para fornecerem essas informações às operadoras de SMP. No entanto, considerando que sugerimos a diminuição na frequência de mensagens, não há razão para que o envio dessas informações seja mensal. Nesse contexto, alteramos essa questão para que as informações sejam enviadas no prazo estabelecido pela regulamentação.

Quanto à regulamentação, propomos que seja feita pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visto que é o órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações brasileiro e coordena, junto à Defesa Civil, uma ferramenta de alerta semelhante⁴.

³ Por exemplo, "Exploring user's experience of push notifications: a grounded theory approach", de Diana Gavilan e Gema Martinez.

⁴ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/defesa-civil-alerta>



Ante o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.234, de 2023, na forma do SUBSTITUTIVO em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO
Relator



COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 4.234, DE 2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP transmitirem alertas periódicos sobre crimes contra a pessoa idosa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP) são obrigadas a transmitir gratuitamente alertas periódicos sobre os crimes mais comuns cometidos contra a pessoa idosa, observando os seguintes critérios:

I – cada prestadora é responsável pelo envio dos alertas aos equipamentos móveis das pessoas idosas de sua própria rede;

II – os alertas terão periodicidade mínima de 1 (um) alerta a cada 60 (sessenta) dias;

III – os alertas deverão descrever, em linguagem clara e acessível, a espécie do crime cometido, seus riscos, meios de prevenção e formas de denunciá-lo;

IV – serão selecionados para veiculação os crimes mais comuns cometidos contra a pessoa idosa; e

V – deverá ser oferecida aos usuários a possibilidade de cancelamento do envio dos alertas.

§ 1º Caberá à Secretaria de Segurança Pública de cada estado da federação fornecer às prestadoras do SMP, no prazo estabelecido pela regulamentação, as informações constantes nos incisos III e IV deste artigo.

§ 2º As prestadoras do SMP segmentarão as mensagens por estado da federação, com base nas informações recebidas das respectivas secretarias de segurança pública, conforme o § 1º deste artigo.



§ 3º A operacionalização dessa Lei será regulamentada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Art. 2º O Poder Público poderá solicitar a transmissão de alertas sobre os crimes de que trata esta Lei, devendo o custo desta solicitação ser arcado pelo solicitante.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO
Relator

